

Dr.^a Mariana Vilas-Boas
Fundação Maria Ulrich, Lisboa

1. Introdução

A Fundação Maria Ulrich, que tem como um dos seus objectivos “desenvolver acções no âmbito da formação, da educação e da cultura numa perspectiva humana e cristã,” pretende dar o seu contributo a este debate público nacional sobre a educação da juventude.

O tema que dá início ao debate “Sociedade, Família e Valores”, “propõe-se explorar o papel central da família na educação dos jovens, permitindo a revelação da natureza do homem como pessoa e como cidadão”. Sendo que subscrevemos na totalidade o texto base que nos serviu de contexto, tentámos desenvolver e introduzir alguns pontos complementares que nos parecem importantes, e que são meras pistas de desenvolvimento dos princípios gerais tão claramente expostos no referido texto.

Carácter, liderança e cidadania são-nos propostos como dimensões importantes a considerar no tema mais genérico da educação da juventude. Mas estas dimensões enraízam-se antes de mais num sujeito: o Homem. É sobre este que nos propomos reflectir porque ao fazê-lo estamos a responder àquelas três dimensões do Homem. Propor conceitos e comportamentos que induzam os jovens a explicitar a sua pertença a um povo, e a manifestar activamente na sociedade a sua identidade cultural, como acontece com a cidadania, só será genuína se se integrar na educação do que vem primeiro: o Homem antropológico e ontologicamente considerado. Quer a liderança, em todos os seus níveis e aspectos, quer o carácter são consequências ou características da educação do Homem realizada tendo em conta quem verdadeiramente ele é.

Sendo o Homem, o objecto último deste debate parece-nos importante começar por precisar o que é o Homem. “O Homem é aquele nível da natureza, capaz de a reconhecer e de dizer Eu.”¹ Isto quer dizer que o Homem pela sua natureza é relação com o infinito, residindo nesta relação o âmago da sua liberdade. S. Tomás define

1 “O sentido Religioso” Luigi Giussani.

a liberdade como a capacidade de adesão ao Ser. Giussani precisa²: como a liberdade do homem é uma tensão, não existe a não ser que seja provocada. Mas o que é que a pode provocar? Alguma coisa que revele o Homem a si mesmo. E esta “coisa” não é um discurso, mas um acontecimento: um encontro e uma relação com um educador. Nesta relação é determinante a forma como o educador vive a sua própria liberdade. O que hoje falta não é, paradoxalmente, a liberdade do jovem educando, mas a liberdade do adulto: é a falta da presença do adulto educador que faz com que a liberdade do jovem não se mova, e ele viva do instinto. O que acontece hoje na educação é um déficit de certeza do adulto.

A educação portanto, acontece numa relação, primeiro com os pais, e depois com a escola. A família está de facto, e por natureza na raiz da tarefa educativa. Estamos convictos de que a questão da família não é um aspecto secundário na vida dos portugueses: é em grande medida na família que se constróem os destinos dos habitantes deste país. É na família que se formam os cidadãos de amanhã, é a qualidade da vida familiar que determina a qualidade da vida da inteira sociedade. Uma família que “funciona” é também garantia do bom funcionamento de todas as instituições sociais, políticas, económicas e educativas da sociedade. A família não é um mero facto privado dos indivíduos singulares. Digamo-lo claramente, a família não é uma “questão católica”, não é apenas a forma específica da convivência dos crentes. A família situa-se no coração da construção da sociedade, condiciona esta sociedade, e é condicionada por ela. Na família é mais fácil ser-se acolhido e desenvolver-se de uma forma não uniformizada, respeitando as características específicas de cada um.

2. Sessão I - Questão 1

Como incentivar o Estado, a Família e a Escola para que os valores do carácter, da liderança e da cidadania se tornem fundamentais na educação da juventude?

2 “A liberdade é aquela energia afectiva com a qual o Homem tende para o seu destino. Aquela abertura ao infinito que constitui a essência do Homem, que se traduz como capacidade de consciência do próprio destino, e por isso de energia afectiva para lhe aderir. A escolha é o sinal de uma liberdade ainda não formulada, de uma liberdade em caminho. A liberdade do Homem é sede de verdade e nasce como paixão pela razão.” O Sentido Religioso” L.Giussani.

À primeira pergunta feita neste tema, sobre como incentivar o Estado para que os valores do carácter, da liderança e da cidadania se tornem fundamentais na educação do jovem, diríamos que esse incentivo reside:

- 1 – na pressão que as próprias famílias, agrupadas ou não, façam sobre o próprio Estado. Uma das formas que as famílias têm de mostrar a sua vontade é comprometendo-se na eleição de agentes seus representantes, que inequivocamente e sem evasões se proponham defender o ponto de vista educativo das famílias.
- 2 – na agilização de um “fórum de associações familiares”, que pedisse aos candidatos às próximas eleições que tomassem uma posição prévia em relação aos temas particularmente urgentes formulados por esse fórum, entre os quais se colocam, quase à partida, os problemas da educação.
- 3 – na possibilidade de alteração do sistema eleitoral e parlamentar do nosso país de forma a responsabilizar, não apenas os partidos políticos, mas também os deputados individualmente considerados, pela história do seu voto, sobretudo nas questões essenciais que nos preocupam neste debate.
- 4 – relembrar o Estado de um dos conceitos chave do sistema democrático: a natureza limitada do próprio Estado. O Estado está ao serviço da sociedade, na qual deve favorecer o livre processo de auto organização. A sociedade precede o Estado, e a família precede a sociedade. Nisto sinteticamente consiste o princípio de subsidiariedade.

O conceito de público não coincide, por isso, exclusivamente com o conceito de estatal. Os dois termos não são necessariamente sinónimos. Se não se tem em conta esta distinção, é inevitável cair-se num Estado assistencial, com as consequentes desresponsabilização e multiplicação de burocracia como nos deparamos hoje no nosso país.

Também as famílias têm de ser incentivadas na sua vocação primeira de educar os seus membros. Como? Em primeiro lugar como diz João Paulo II “tornando-se naquilo que ela é”³, e “acreditando naquilo que ela é”⁴. Isto exige que:

- 1 – se reconheça e defenda o valor social da família fundada sobre o matrimónio, isto é, com um vínculo de natureza pública, responsabilmente assumido, que tem um interesse social e constitui o núcleo fundamental da Sociedade e do Estado, não equiparando a mera convivência com a instituição familiar. Esta assunção parece

3 Familiaris Consortio, João Paulo II.

4 João Paulo II nos 20 anos da Familiaris Consortio.

vir de uma visão redutiva da família que a relega para a esfera do privado, como se fosse uma escolha puramente pessoal sem influência na sociedade.

- 2 - se reconheça o direito que pertence a todas as famílias de educar os seus filhos nas escolas que correspondam à sua visão do mundo, em particular de reivindicar o direito de pais crentes a não ver os seus filhos submetidos nas escolas a programas inspirados no ateísmo ou no agnosticismo, porque digamo-lo claramente: na vida a neutralidade não existe. Esta é apenas a defesa de uma escolha ideológica escondida. Ensinando-se seja o que for opera-se sempre a transmissão de um ponto de vista sobre o mundo. Dizia João Paulo II na UNESCO: "A escola deve ser a expressão da preocupação fundamental do significado da vida e da maneira de ser dos pais. Uma escola que não respeitasse isto, que não se concebesse neste sentido, seria traidora, um instrumento de traição." Propondo ao jovem educando uma hipótese de significado da vida, o jovem, na liberdade de a verificar por si - e por isso de a fazer sua ou de a repudiar - deixa de estar à mercê de uma mentalidade dominante que o manipula para onde quer. De facto quem não sabe de onde vem e para onde vai é facilmente presa do poder. Pelo contrário, aquele é o método de educar verdadeiramente o jovem, e por isso é um método que favorece o desenvolvimento de um carácter são e uma educação para a cidadania.
- 3 - seja reconhecida a autoridade da família na transmissão dos seus valores, porque a família é o primeiro factor construtivo que amadurece e faz crescer o jovem, através de qualquer coisa que o precede, que já existe: a sua tradição, entendida como hipótese de significado de toda a realidade.
- 4 - que se tomem medidas concretas que levem à solução dos problemas postos pelas formas de convivência diferentes dos da família.

Antes de entrar no tema de qual seja a tarefa da Escola, é importante sublinhar mais uma vez a necessidade de apoiar as famílias através de todas as políticas que lhe dizem respeito. Para que a escola possa desempenhar a sua vocação é preciso contar com famílias que sejam fortalecidas, e até educadas para que se "tornem e acreditem naquilo que são" - o fulcro da sociedade e a instituição mais preciosa do bem comum. Por que a educação é uma cultura partilhada, é necessária uma postura cultural das próprias famílias que permita às escolas um ambiente de relações que proporcionem o fortalecimento do carácter, da liderança e da cidadania.

A tarefa fundamental da escola é introduzir os jovens na descoberta e no conhecimento da realidade e do seu significado. "A educação numa escola acontece na metodologia de

ensino ou não acontece. Ou toca a razão como modo de se pôr diante da realidade ou permanece um comportamento exterior.”⁵ Ensina-se para que os jovens possam tornar-se Homens, cidadãos livres e conscientes. O objecto do trabalho do professor é o Homem individual, que é o que de mais importante existe no mundo. A escola é o lugar no qual se colocam as seguintes perguntas: que significa fazer crescer um Homem? como pode o professor ajudá-lo através do seu trabalho? Que importância tem para a sociedade o trabalho do professor?

A escola não pode iludir a questão da verdade. Para educar é preciso ter a coragem de propor um caminho concreto do qual se está seguro. A verdade não são as nossas opiniões, mas a afirmação das coisas como são: o tribunal da verdade é a realidade. O Homem tem dentro de si o princípio que o torna capaz de reconhecer a verdade. Se não existe uma verdade de que tudo depende, a verdade degenera no poder de alguém sobre outro alguém. Pelo contrario, se a verdade existe nós dependemos dela.

É a explicitação de uma hipótese educativa que torna o jovem mais livre na sua verificação e revela a falsidade da suposta neutralidade do saber e do processo educativo. É exactamente o aprofundamento de uma identidade que torna profícuo o diálogo com tudo. A quem escolha frequentar uma determinada escola não deve ser pedida a partilha *a priori* da hipótese educativa proposta, mas a seriedade em verificá-la, o que implica em primeiro lugar o empenho no estudo segundo os critérios indicados. Isto permite dar o máximo valor a cada estudante por aquilo que ele é. Esta é a escola livre, que se dirige à liberdade do aluno.

3. Sessão I – Questão 2

Que políticas públicas concretas devem ser tomadas para estimular a co-responsabilização de pais e professores na educação das crianças e jovens e intensificar a articulação entre a família e a escola?

Na resposta à segunda questão levantada neste tema “quais são as políticas públicas concretas que devem ser tomadas para estimular a co-responsabilização de pais e professores na educação das crianças e jovens e intensificar a articulação entre a família e a escola” parece-nos da maior importância:

5 Citado por G.Pontiggia em “A experiência do risco educativo” Karis Book.

- 1 - definir a educação, não apenas como mera instrução, mas como “a introdução à totalidade da realidade”⁶. A linha educativa é marcada por uma realidade que a condiciona e a domina. A condiciona nas origens, e a domina como fim. Na escola essa introdução à totalidade da realidade é conhecimento da realidade e desenvolvimento integral das dimensões constitutivas da pessoa, através dos conteúdos e métodos do saber.
- 2 - a efectiva liberdade de escolha educativa dos pais, sem penalizações económicas.
- 3 - liberdade de escolha nas escolas estatais, entre diversas propostas educativas.
- 4 - liberdade dos professores: não existe educação sem mestres. Por isso os professores devem passar do estatuto de empregados ao estatuto de profissionais, e a sua enorme responsabilidade deve ser adequadamente reconhecida, incluindo em termos económicos.
- 5 - o pluralismo na gestão da escola pública estatal ou não estatal.
- 6 - uma reforma do sistema educativo que coloque a escola em condições de melhorar a própria oferta formativa (currículos escolares, projectos educativos, etc.) em articulação com as exigências dos alunos e das famílias.
- 7 - a criação de órgãos colegiais verdadeiramente representativos, que dêem um peso real aos pais.
- 8 - um “não” claro à contraposição ideológica público/privado.
- 9 - um “não” claro ao centralismo estatal na gestão das escolas quer não estatais quer estatais que desempenhem um serviço público.
- 10 - a não exclusão das famílias da função educativa da escola.

Para que as famílias tenham a disponibilidade de responder à sua missão educativa, é necessário, que a nível laboral:

- 1 - se generalize a possibilidade de trabalho em part time.
- 2 - se facilite os percursos de entrada e saída no mercado de trabalho, prevendo formas de flexibilidade laboral ligadas aos encargos familiares.
- 3 - se organizem os serviços e os horários de trabalho de forma a terem em conta os tempos da família nas suas exigências quotidianas a fim de conciliar as responsabilidades familiares e a participação no mercado de trabalho.

6 “a palavra realidade está para a palavra educação, como a meta está para o caminho. A meta é o significado de todo o caminho humano: a meta está lá não só no momento em que se atinge, mas também em cada passo da estrada. Assim a realidade determina integralmente o movimento educativo passo a passo e é o seu cumprimento.” Giussani citado por Mario Mauro em “Difendiamo il Futuro” p. 177.

4. Sessão I – Questão 3

Como compatibilizar a acção do Estado orientada ao objectivo de maximizar a liberdade de escolha de todos os cidadãos sem excepção e uma educação de qualidade que responda aos desafios do progresso cultural, social e económico?

A terceira questão levantada neste tema, como compatibilizar a acção do Estado (num sistema de liberdade de educação) e uma educação de qualidade, leva-nos sobretudo a reconhecer que vivemos hoje num mundo de fronteiras esbatidas, aonde o binómio “Estado – educação de qualidade” é fortemente sujeito à osmose dos desenvolvimentos educativos do novo espaço europeu em que vivemos. Já existem entre nós exemplos de escolas agregadas em associações internacionais, como por exemplo, a “Learning Network”, ligada à Universidade de Cambridge, ou os “International Baccalaurea”, etc. Esta transnacionalidade ajudar-nos-á na competitividade, no que a palavra tem de positivo, uma vez que a estas associações se pertence por exigência de cumprimento de determinados padrões de qualidade.

Os próprios critérios europeus de avaliação dos conhecimentos concretos dos cidadãos dos diversos países da União, estão já em vigor entre nós, mostrando o nível de conhecimento dos portugueses em relação aos cidadãos de outros países. Este alargamento de horizonte de comparação será de início frustrante para nós, mas esperamos que seja também incentivo para aceitarmos as propostas educativas públicas, não estatais, ou estatais que vão surgindo. Seria fugir à realidade entrar por lamentações explicativas que escondessem o facto de estarmos numa situação educativa e de instrução deficitárias.

O próprio protocolo de Bolonha, no que se refere ao ensino universitário, leva-nos igualmente a uma estrada em que os padrões e metas de conhecimento são de carácter competitivo.

“A estrada é a de colocar a instrução no contexto dos serviços à pessoa, e não mais no contexto da administração estatal, descentralizada ou não. O sistema nacional deveria ser garantido não mais pela gestão estatal, mas por standards comuns, por critérios e indicadores referidos por lei, de forma a que as escolas que estejam dentro destes parâmetros sejam consideradas fornecedoras de um serviço público.”⁷

7 Mario Mauro in “Difendiamo il Futuro” p. 70.

Em diversos países do mundo são usados testes de âmbito nacional, como por exemplo os “California achievement tests” ou os SAT (Standard achievement tests) nos EUA, ou os GCSE (General curricular secondary examination), O levels (ordinary level) ou A level (Advanced level) no Reino Unido, ou internacionalmente os IB (international Baccalaurea) que além de irem medindo ao longo do percurso o nível da aprendizagem, mantêm bem viva a motivação pela qualidade de ensino.

Dr.^a Rita Sacadura Fonseca

Associação Portuguesa de Famílias Numerosas

Educar um jovem para ter carácter, capacidade de liderança e ser um bom cidadão, são três aspectos que consideramos fazerem parte de um todo mais complexo, a que podemos chamar “educação para os valores”.

Existem, hoje, na sociedade portuguesa, várias clivagens étnicas, fracturas ideológicas, diferentes modos de pensar, diferentes aspirações, em suma, diferentes valores.

Porém, uma sociedade, por mais heterogénea que seja, necessita de alguns valores comuns, que a unifiquem e lhe dêem consistência. As diferenças de valores são legítimas e plenamente consentidas numa sociedade democrática. Não podemos, no entanto, esquecer que existem valores que podem e devem ser partilhados.

O valor máximo é, necessariamente, o valor e a dignidade inerente a toda a vida humana. Logo em seguida, o direito à liberdade. E porque todos somos livres e iguais em dignidade, todos temos igual direito a participar na organização política da sociedade de que fazemos parte.

Daqui nasce a cidadania, enquanto vínculo entre o indivíduo e um Estado, vínculo esse que torna o indivíduo sujeito de direitos e obrigações.

O carácter e a liderança são duas capacidades humanas, características de indivíduos livres e racionais, que tendo carácter, mostram energia e firmeza na prossecução das tarefas a que se dedicam. Igualmente se parte do pressuposto de que houve uma prévia reflexão e opção de valores, do que resulta convicção e capacidade de chefia.

A Família, enquanto espaço primeiro e privilegiado de difusão de valores, assume aqui um papel primordial. Com efeito, é na Família que o indivíduo adquire os valores que orientam a sua acção, tanto na esfera privada como na pública. E é portanto, na Família, que se inicia a formação fundamental do indivíduo, formação subjacente a toda a instrução que possa adquirir posteriormente.

É baseada neste papel fundamental da Família, que a APFN tem vindo a reclamar que a legitimidade de uma efectiva POLÍTICA FAMILIAR assenta no reconhecimento destes factos objectivos e não em bases puramente ideológicas. Assim, consciente da interligação entre fortalecimento do tecido social e fortalecimento do tecido familiar, a APFN reiteradamente afirma que cabe ao Estado o dever fundamental de proporcionar à Família os meios e as condições para que cada uma, na sua especificidade, cumpra as funções que lhe são próprias.

Cada indivíduo ocupa na sua Família um espaço e função próprios e únicos. O processo de crescimento, numa Família funcional, é acompanhado pelo progressivo acréscimo de responsabilidade, a que corresponde também o alargamento do espaço da autonomia e da iniciativa.

No seguimento deste papel matricial da Família na educação dos valores, a função da escola deve ser complementar, mas articulada.

Assiste-se porém, actualmente, nas escolas, a um cenário de tendencial penalização dos comportamentos positivos. Os comportamentos negativos e o absentismo escolar tornaram-se uma preocupação tão grande que a estratégia inversa – a recompensa dos alunos mais empenhados – caiu em desuso. Veja-se, por exemplo, a desapareição quase total dos quadros de honra, previstos na legislação.

É importante fomentar os canais de comunicação entre a Família e a Escola, assegurando aos pais o direito de escolherem a escola para os seus filhos, em plena igualdade de oportunidades. A complementaridade tão desejada pode ser alcançada através do *"cheque educação"*, já em prática e com bons resultados em diferentes países, o que permite o efectivo acordo do projecto educativo escolar com o projecto educativo de Família. Outra iniciativa que se nos afigura relevante, é também a estimulação de parcerias entre pais, professores e entidades locais, nomeadamente para a criação de actividades de tempos livres e salas de estudo orientado, a custos suportáveis, potenciando o mais amplo aproveitamento de docentes e das instalações.

Os conselhos directivos das escolas devem ser dotados dos instrumentos necessários para o fomento de uma cultura de responsabilidade, esforço pessoal, respeito, entreajuda, solidariedade e disciplina. Parece, pois necessário que adquiram uma maior autonomia, e uma maior capacidade de mobilização da Escola, entendida como comunidade de troca de conhecimentos, de que fazem parte não só professores, alunos, e auxiliares, mas também os pais, cujo papel nem sempre é suficientemente compreendido e estimulado.

A cultura de responsabilização, adequada às capacidades de cada idade, motiva a autonomia do jovem, permitindo-lhe fazer opções reflectidas. A participação nos órgãos escolares, à semelhança da participação na vida familiar, fomenta um hábito de preocupação pelo conjunto, pelo bem público, que, inicialmente restrito na Família, se alarga e consolida na escola, para mais tarde, se tornar nacional quando se revela numa cidadania activa.

O desenvolvimento de uma cultura de exigência, com padrões objectivos aplicáveis a todos os estabelecimentos de ensino, poderá tornar-se uma importante contribuição do

Estado para a liberdade de escolha. A realização de exames nacionais no final de cada ciclo, com publicitação de resultados, é um meio importante de aferir os resultados, fomentando esforço e responsabilidade de todos os intervenientes. Permite assim, recompensar os alunos pelos esforços realizados, e também premiar a competência real dos professores, comparando deste modo as notas dadas durante o ano e a nota de exame.

Parece-nos pois, à APFN, que a formação de jovens com carácter e capacidade de liderança, que se tornem no futuro cidadãos activos e interessados, é um processo longo e progressivo, que interliga diferentes agentes. O papel da Escola, do Estado, e sobretudo da Família, deve ser revalorizado, a bem da sociedade democrática de que fazemos parte.

Capitão Horácio Félix

Guarda Nacional Republicana

Cingindo-me à área da família, que muito prezo, diria que não existem dúvidas de que é na família que a função educação e socialização é feita de forma mais completa e equilibrada. Embora esta função venha sendo progressivamente transferida da família para o Estado, este não consegue, nem deve, preencher o lugar ocupado pela família, como afirma Bagão Félix *"A Família preenche uma enorme quantidade de funções sociais e educativas que nenhum Estado, nenhuma administração colectiva, nenhum 'mercado' pode socializar ou 'nacionalizar'"*.¹

Na família, já desde o ventre materno, a criança faz a experiência de ser acolhida e amada gratuitamente. Na família é transmitida não apenas a vida, mas o seu significado, e o conjunto de valores e critérios de orientação da conduta, que fazem perceber a existência como digna de ser vivida, em vista de uma participação positiva na realidade social. Ao longo das diversas etapas do desenvolvimento até à maturidade, ela faz a experiência de aprender a conviver com a diferença (sexual, de idade, de temperamento, etc.) como algo positivo, aprendendo a viver relacionamentos interpessoais de colaboração, de serviço recíproco e de tolerância, indispensáveis a um desenvolvimento equilibrado, experienciando uma relação vincular de pertença. É no ambiente de convivência familiar que às crianças se lhe depara uma variedade de situações que podem ser tanto de conflito, disputas, carinho, ausência ou excesso de recursos materiais, ..., que são fatores da sua personalidade. Esta personalidade, embora seja também fruto da herança genética, é moldada pela vivência comportamental da família. Por isso, a criança, quando bem acompanhada pelos pais, ganha resiliências que lhe permitem enfrentar os limites e as dificuldades da conduta social impostos pela sociedade, assimilando correctamente as normas e os valores sociais.

Em consequência, quando a família se encontra em situação de fragilidade, os problemas enfrentados tendem a agravar-se. Pelo contrário, na medida em que a família se apresenta internamente coesa, consegue interagir nas novas circunstâncias sócio-culturais, conseguindo amenizar os seus efeitos. É expressiva a quantidade de adolescentes e jovens, que não estão integrados num ambiente social e familiar capaz de os orientar e de os

1 FÉLIX, António Bagão, Reflexões sobre a Família no Limiar do Século XXI, in Traços da Família Portuguesa, Direcção-Geral da Família, INCM, Lisboa, 1994, p. 19.

encaminhar para um projecto de vida que inclua o seu crescimento como pessoa, socialmente integrada de modo positivo. Esta situação condu-los a pontos de contacto e de convivência com áreas culturais e contextos sociais de acentuada marginalidade, que exercem a sua influência, introduzindo-os progressivamente no mundo da criminalidade e da marginalidade social. Por isso, na medida em que a família encontra dificuldades para cumprir satisfatoriamente as suas tarefas básicas de socialização e educação primária aos seus membros, verificam-se situações de incivilidades, como o aumento da marginalização social expressa pelo alcoolismo, consumo e tráfico de drogas, prostituição, delinquência. Esta situação decorre, muito, da não socialização da criança pela família, esta não lhe incute os valores correctos que são muitas vezes transmitidos pelos amigos (o grupo) ou pela televisão e pela internet. As crianças não têm quem lhes diga o que é bem e o que é mal, e sem essa linha divisória tudo é relativo, tudo é possível.

Henrique Rojas, na sua obra *O Homem Light*, caracteriza a actual sociedade pela predominância da tetralogia niilista do hedonismo-consumismo-permissividade-relatividade em que o homem, embora conquiste quase tudo materialmente, não é feliz pois faltam-lhe os valores que lhe dão as referências de conduta, vivendo num grande vazio moral, daí a dificuldade na inculcação de valores a uma geração que cresceu sem projectos de futuro e em que tudo é efémero.

Assim o modelo educativo de um País constitui-se como um instrumento fundamental que o Estado dispõe para orientação cidadânica da sociedade, pois esse modelo educativo comporta o ideário valorativo dessa sociedade numa harmoniosa hierarquia e subordinação de valores, por exemplo: o ser antes do ter; a dimensão espiritual antes da dimensão física e instintiva; a convivência antes do isolamento; a família antes do Estado.

Hoje, com o crescimento da rede dos estabelecimentos de ensino estatal, contemporâneo ao aumento dos anos de escolaridade, obrigatória ou voluntária, uma grande parte desta tarefa faz-se em ambiente não familiar. A educação pré-escolar, resultante do elevado número de mães que fazem parte do aparelho produtivo, tornou essa função ainda mais a cargo do estado e de instituições particulares de solidariedade social. Uma das maneiras que as famílias têm encontrado para assegurar uma educação "familiar" das crianças é integrá-las em escolas privadas, em que haja uma boa ligação família-escola, e cujo modelo educativo corresponda ao seu.

Nesse sentido, e segundo o princípio da subsidiariedade, ao Estado competiria determinar, genericamente o modelo educativo vigente, que se concretizaria através de diferentes projectos educativos apresentados pela sociedade civil. Aos pais competiria a

liberdade de escolha, segundo uma lógica de excelência, em que os maus projectos necessariamente não singrariam.

Concluindo, e cingindo-me às questões colocadas:

Em primeiro lugar é necessário que o estado, as famílias e a escola tenham consciência de que a educação é um processo formativo do indivíduo como Pessoa e não uma mera transmissão de conhecimentos.

Sendo um processo integrado, é necessário criar mecanismos que o tornem exequível. É por isso fundamental que o estado determine o modelo educativo vigente no País, quais os seus grandes valores, formas de apoio, de aplicação, de avaliação e de correcção.

As famílias têm que ser apoiadas, tanto em termos financeiros como legislativos para realizarem a sua função de socialização e educação. Está provado que é fundamental que as crianças, em especial nos primeiros anos de vida, tenham a companhia dos pais, pelo menos de um progenitor. Nesse sentido as medidas legislativas devem privilegiar o aumento do tempo da licença de maternidade/paternidade, apoiando financeiramente as famílias mas sem penalizar as empresas. Não é um desperdício de fundos, é antes um investimento no futuro.

A escola tem que assentar num projecto educativo, que privilegie a formação do aluno como Pessoa e a intervenção estreita e activa das famílias, mesmo que aparentemente implique uma menor atenção à transmissão de conhecimentos. De facto, um jovem que não esteja psicologicamente equilibrado, ou seja, com uma mente sã em corpo são, nunca conseguirá um grande rendimento escolar.

A grande medida em termos de política, além da existência do modelo educativo acima referido, seria a existência de “liberdade de ensino”. Ou seja, de os pais poderem optar por diferentes projectos educativos, sejam emanados das escolas estatais sejam de escolas nascidas de projectos da sociedade civil ou religiosa. Naturalmente projectos inseridos dentro das fronteiras do modelo educativo preconizado para o País. Esta dinâmica permitiria uma corresponsabilização entre o estado, a escola e a família. O estado avaliando, apoiando e corrigindo; as famílias escolhendo, contribuindo financeiramente e intervindo activamente; as escolas e professores, sendo constantemente apoiados, avaliados e incentivados; os jovens sendo responsabilizados num quadro educacional caracterizado pela integração de determinados valores, bem como pela vivência de um ambiente escolar tendencialmente apelativo para o nível da excelência e contribuindo para a elevação da auto-estima.

Quanto à terceira questão, preconizo a implementação de um sistema educacional misto – estado e sociedade civil. Seria um processo progressivo, devido ao monopólio que o estado possui neste momento, mas de fácil implementação através de um sistema a que chamaria de cheque-educação. Ou seja, as escolas, tanto do estado como da sociedade civil, seriam financiadas através do quantitativo de alunos. Este sistema permitiria uma saudável “concorrência” entre as escolas o que pressupõe um melhor e mais atraente projecto educativo, bem como uma maior responsabilização de todos os agentes envolvidos.

Este sistema permitiria uma melhor qualidade de ensino, uma progressiva libertação do peso estatal na educação, a par de uma redução de custos, pelo tipo de gestão e pela contribuição dos pais (o ensino não tem que ser necessariamente gratuito, aliás a gratuidade do ensino é, na prática, uma utopia. O seu acesso é que tem de estar garantido, com apoio, especialmente, para aqueles que não possuam recursos financeiros).

Dr. António Madeira de Brito Cabral
Cáritas Portuguesa

O Papel da Família na Educação da Juventude

A história da educação nas sociedades ocidentais está intimamente ligada à construção da nação, da democracia, do sistema de mercado. Da nação, porque a formação para a cidadania, com os estados nacionais, passou de um vínculo de cariz religioso ou cultural para a integração política através do sufrágio universal. Da democracia pelo ênfase dado aos valores da igualdade, da liberdade e da solidariedade na construção das sociedades liberais. Do sistema de mercado pela necessidade de aceitação dos modelos de coesão social que implicam o carácter hierárquico promovido pela socialização escolar, forma legitimadora da mobilidade social existente.

Sobre a evolução das sociedades ocidentais no século XX, um autor contemporâneo (Alain Touraine) põe em evidência a característica fundamental do processo de modernização. Este processo sublinha a existência de uma relação entre a produção (cada vez mais associada à ciência e à tecnologia) e a vida pessoal (ou seja, à libertação do sujeito).

Só que a modernidade, segundo este autor, tem desenvolvido quase exclusivamente o primeiro aspecto, ou seja, a racionalidade em detrimento do indivíduo e da sua liberdade.

E, como corolário desta tendência de modernidade a preparação para a integração social passou a ser o objectivo prioritário da educação.

A modernidade pôs, assim, o ênfase nas “funções”, no desempenho de papeis. O “bem”, ou seja o objectivo último que os clássicos atribuíam à educação, passou a significar uma qualquer acção que visasse a utilidade social, devendo as várias instituições garantir a funcionalidade do sistema.

A família, por exemplo, socializava para que a escola viesse a exercer a sua função de educação formal como preparação eficaz para a vida activa no âmbito profissional.

Mas a crise da homogeneização cultural que caracteriza a evolução das sociedades ocidentais no século XX, com o fim do conflito entre dois sistemas políticos antagónicos e com a anterior extinção dos impérios coloniais, veio pôr em causa a estabilidade deste modelo educativo.

Verifica-se um acentuado “défice de socialização” não apenas nas instituições escolares, mas também nas instituições tradicionalmente responsáveis por esta função.

É um facto que as instituições educativas tradicionais – caso da família e da escola – já não transmitem os valores e os modelos de coesão social como faziam no passado. E o espaço deixado vazio pelo referido “défice de socialização” foi ocupado por novos agentes de socialização (meios de comunicação de massa, em particular a televisão) que não se encontram vocacionados para formar moral e culturalmente as novas gerações.

É assim que a nação e a democracia se vêem confrontados com a criação de novos espaços político/económicos em que se reclama uma maior cidadania e o direito a participar na vida política, económica ou cultural. Por outro lado o sistema de mercado parece introduzir na nova ordem internacional um factor de grande polémica mas também de enorme actualidade – o fenómeno da globalização. Se por um lado a globalização “supera fronteiras geográficas, corroe os vínculos tradicionais de solidariedade” gerando novas formas de exclusão, solidão e marginalidade, é indiscutível que também fomenta os valores da abertura, do pluralismo, do diálogo, configurando um sistema contrário a ideologias fechadas e anti-democráticas como são as fundamentalistas de qualquer cariz.

Estaremos perante uma sociedade multi-cultural? Não é fácil a resposta, sendo certo que o objectivo deverá ser a comunicação intercultural em que se verifique o “reconhecimento por todos do direito de todos”.

Com as mudanças operadas nos sistemas económico, social e cultural instala-se a crise do modelo educativo que descrevemos, e que deixou de cumprir as funções a que se destinava, gerando o desemprego, a exclusão social, uma formação despersonalizada e dificultando aos agentes educativos o exercício da sua função socializadora.

Como diz Touraine “há que deixar de pensar que o indivíduo está ao serviço da sociedade, que se define pelas suas funções e pela sua contribuição para a vida colectiva, e fazer da individualização o objecto central da educação escolar ou familiar e do direito”.

Mas que mudanças se operaram na concepção do individualismo na sociedade contemporânea? Há uma diferença flagrante entre o individualismo do século XIX e o individualismo actual. Enquanto que no primeiro as pessoas eram levadas a aceitar um modelo preexistente ou preestabelecido e portanto eram induzidas a adoptar um modelo fixo de comportamento em aspectos cruciais da sua vida quotidiana, o segundo está relacionado com o “estilo de vida” em que a auto expressão, a liberdade interna, o desenvolvimento da sua personalidade são aspectos centrais. Donde constituir um credo a pessoa ser ou querer ser livre, ter ou poder optar por uma forma de vida para si própria.

Claro que a assunção desta filosofia de vida teve reflexos óbvios na própria estrutura da família e nas suas funções actuais.

Sem pretender generalizar este fenómeno a todas as culturas, a verdade é que na sociedade ocidental a modernização social promoveu, entre outros aspectos, a introdução da mulher no mercado de trabalho, a redução no número de filhos, o aumento dos divórcios, do que resultou uma redução do tempo real que os adultos passam com os filhos.

Estes fenómenos, associados de algum modo à subida do individualismo, provocaram uma alteração significativa no papel socializador da família.

Por outro lado, a escola tradicional ocupava-se fundamentalmente da socialização secundária porque era suposto que a família concentrava a sua função na preparação da criança para a sua integração social, transmitindo-lhe além dos conhecimentos básicos, um quadro de valores e regras que iriam constituir o núcleo básico da sua personalidade.

Mas na sociedade contemporânea a criança ocupa a maior parte dos tempos livres em frente da televisão ou em jogos de computador, deixando para segundo plano a companhia dos pais, irmãos, amigos ou mesmo dos professores. Sem nos deixarmos impressionar pelas conclusões de Popper e Condry que sublinham os perigos para a democracia se não houver um controlo (leia-se regulação) televisiva, a verdade é que, para além do tempo que a TV retira à leitura e ao convívio, e o facto de fomentar estados de violência (ou da sua banalização), ela através da imagem mobiliza emoções, sentimentos e afectividade, introduzindo na socialização do jovem factores que sugestionam e seduzem o telespectador através da criação permanente de ídolos e “divindades” (como nas sociedades tradicionais) agora através de telenovelas e espectáculos da “vida real”.

Assim podemos dizer que na sociedade contemporânea em que os vínculos primários enfraquecem porque a família já não exerce as suas funções com a força afectiva que tinha no passado é a socialização secundária que passa a exercer uma influência crescente no plano da afectividade. Isto porque utiliza (como anteriormente a família e a igreja) gestos, climas afectivos, tonalidades de voz, promovendo crenças, emoções e adesões totais.

À escola, ou mais concretamente, às formas institucionalizadas do ensino, é pedido, então, um conjunto de preocupações na formação do desenvolvimento cognitivo, mas também do núcleo básico do desenvolvimento da personalidade, havendo quem a inclua na categoria da “instituição total”.

Claro que esta formação integral da personalidade, como tarefa da escola, tem riscos, dos quais destacamos o que posiciona a escola como uma entidade “neutral”, nomeadamente nas esferas religiosa, étnica, racial, social ou sexual, e que é uma conquista civilizacional.

Mas também pensamos que a neutralidade face às diferenças não obriga a que a escola permaneça neutral (eu diria, desinteressada) face a temas, como por exemplo o ensino da religião. Reconhecendo o melindre dessa área entendemos que não se deverá evitar a compreensão do fenómeno religioso, e a sua influência na formação e construção de nações (penso em Portugal, concretamente), nas suas diferentes expressões e dimensão histórica.

Outra área fundamental na formação para a cidadania tem a ver com os valores éticos em que a responsabilidade, a tolerância, a solidariedade e a justiça devem constituir um núcleo central de preocupações educativas que não pode ficar ao arbítrio das consciências individuais.

Mas um dos maiores problemas que a escola enfrenta prende-se com o modo de motivar o aluno a aprender num oceano de sobre-informação e como utilizar e processar a informação disponível. Ao professor cabe essa difícil tarefa de ser um facilitador e organizador de tão dispersa e desconexa informação utilizada pelos jovens, incutindo-lhes um espírito crítico e não dogmático apoiado nos métodos científicos e em informação descomprometida. De facto o professor não deve transformar-se num novo “sugestionador” ou quem procura “identificações totais”, mas alguém que no plano epistemológico deve ser relativista, postura que permite independência, abertura de espírito, ausência de preconceitos e a possibilidade de compreender valores diferentes daqueles com que nos identificamos.

Convém sublinhar desde já, que no plano ético é impossível ser-se relativista porque significa a maneira como se quer viver em sociedade, o que implica a necessidade de fazer opções.

Uma crítica também à escola é a utilização pelas práticas pedagógicas do trabalho de grupo.

A preparação para o desempenho de papeis, visando uma correcta integração no tecido social, exige o reconhecimento da necessidade do trabalho em equipa conducente ao exercício da solidariedade e ao reconhecimento da diferença do “outro”. A minha experiência docente revela-me um fraco entendimento desta realidade e uma deficiente motivação dos alunos para este tipo de trabalho colectivo, pois o membro activo pode contribuir com muito de pessoal para a valorização grupal. Neste sentido as novas

tecnologias da educação podem ajudar a fortalecer os laços de convivialidade no trabalho pedagógico.

Retomando algumas considerações formuladas sobre formação ética, consideramo-la como um requisito fundamental na formação para a cidadania.

A formação ética do cidadão implica a ideia de responsabilidade na família, na escola, na empresa, nos vários grupos que compõem a sociedade.

E a socialização, não sendo apenas baseada na lógica da troca de interesses, nem num conceito abstracto de identidade cultural terá que encarar o outro como sujeito.

Como diz Alain Renaut “é preciso diferenciar com rigor sujeito e indivíduo, humanismo e individualismo, autonomia e independência”, conceitos que não poucas vezes se confundem e descaracterizam. “Ora é precisamente a referência aos direitos do sujeito, aos direitos das minorias como aos da maioria que confere aos novos movimentos sociais uma tão grande importância” (Touraine).

De facto é importante que os sentimentos de solidariedade e coesão social venham a ser recuperados de uma forma positiva e que na base da sociedade, nomeadamente em sectores de excluídos onde se assiste a alguns fenómenos de neocomunitarismo que fundamentam a protecção dos seus membros em sentimentos de intolerância, de discriminação e exacerbação dos particularismos, passe a reinar a segurança, a confiança, o sentido de justiça, e se tornem eles próprios, actores no direito à cidadania, ou seja a participarem na vida política, económica ou cultural.

É um facto que a escolha surge cada vez mais cedo no processo de formação da personalidade: “Ensinar a escolher constitui, pois, uma tarefa importante da educação para a paz e a democracia” (Tedesco).

E as mudanças educativas dependem da interacção de múltiplos factores que actuam de forma sistémica, tendo o sistema familiar responsabilidades acrescidas na tomada de consciência de que, com o desaparecimento das fontes tradicionais da identidade e dos pontos de referência culturais, as identidades individuais passam, assim, a ser construídas com maior protagonismo das pessoas num processo de libertação individual.

O desafio da sociedade, e portanto da educação, é encontrar a articulação entre racionalidade e subjectividade entre actores sociais e não meros indivíduos isolados.

Estou em crer que é na família moderna, funcionando como um sistema aberto e em interacção com o seu meio, que a opção por um novo humanismo encontrará a expressão de uma solidariedade orgânica tão difícil de encontrar nos restantes grupos sociais, mas que se observa sem artificialismos no grupo familiar.